

FREITAG, Barbara et alii. **C estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, INEP/REDUC, 1987. 129p.

Procurando analisar, criticar, avaliar e sintetizar a trajetória do livro didático no País, nos últimos vinte anos, Barbara Freitag, Valéria Rodrigues e Wanderly Ferreira partem do pressuposto de que este estudo "não pode ser feito isoladamente, focalizando-se o livro didático em si". Ao contrário, buscam considerar o contexto geral do sistema educacional, a produção cultural e literária e como as questões referentes ao tema são tratadas nos demais países.

A análise da legislação sobre o assunto remonta à década de trinta, por ser a partir deste período que os decretos e leis aparecem com mais frequência, apesar de aparentemente desordenados, e por ser, também, a partir de então "que se desenvolve, no Brasil, uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico".

O Instituto Nacional do Livro (INL) é criado em 1937 contando com uma coordenação voltada especificamente para o livro didático. Em 1938, ocorre a primeira definição oficial do livro didático e a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), posteriormente ampliada em 1939 e fortalecida em 1945 com a função de realizar, inclusive, o controle político e ideológico.

Com o regime militar, intensificam-se as relações com os norte-americanos. Assinam-se diversos contratos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional. Esses contratos passam a ser conhecidos como acordos MEC/USAID e, concomitantemente, é criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).

Não obstante tenham sido denunciados na época por possibilitar aos americanos o controle do mercado do livro didático e ideológico "de uma

fatia substancial do processo educacional brasileiro" os acordos MEC/USAID foram incrementados.

A Fundação Nacional do Material Didático (FENAME) é criada em 1968. Extingue-se a COLTED em 1971 com a criação do Programa do Livro Didático (PLID), subordinado ao INL, que a partir de 1976 é assumido pela FENAME.

Com o lançamento das diretrizes básicas do Programa do Livro Didático - Ensino Supletivo (PLIDEF) em 1980, aparece, explicitamente, pela primeira vez, a "vinculação da política governamental do livro didático com a criança carente".

Em 1983, com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), ocorre a centralização da política assistencialista do governo, pois passam para o arcabouço administrativo da FAE diversos programas que abrangem desde o livro didático às bolsas de estudo e alimentação escolar.

Em 1984, é criado o Comitê de Consultoria para a área didático-pedagógica, composto de cientistas e políticos. Mesmo sem os poderes das comissões anteriores (CNLD e COLTED) o Comitê pouco durou, sendo extinto em 1985. Sua atuação restringiu-se a "algumas sugestões, discutidas ainda com o primeiro presidente da FAE. Elas acabaram sendo parcialmente integradas" à nova legislação, que busca além de "corrigir algumas anomalias" a "descentralização administrativa do Programa Nacional do Livro Didático, sugerindo que a escolha do livro seja feita pelo professor que o utiliza em sala de aula".

Antes de passarem para o segundo capítulo que trata da política do livro didático, as autoras chamam a atenção para a falta de "uma memória das políticas públicas desenvolvidas em relação ao livro didático no ministério competente" pois sua história não foi sistematizada pelos órgãos do MEC e, nem tampouco, pelos intelectuais brasileiros.

A política do livro didático é abordada, inicialmente, a partir do debate desenvolvido a respeito de sua centralização.

Não obstante a centralização proporcionar a racionalização do processo decisório, "um órgão centralizado é mais vulnerável à corrupção, registrada em praticamente todas as questões responsáveis pelo livro didático, tendo de enfrentar o **lobby** das editoras, o favorecimento em licitações, o uso do material didático para campanhas eleitorais, favoritismos do poder local", além de impossibilitar a manifestação de outras tendências políticas e ideológicas.

Ainda neste tema é discutida a regionalização do livro didático. Uns querem que o professor confeccione em sala de aula o material didático de que necessita, abolindo o livro didático. Outros, mais moderados, desejam a "adequação do conteúdo do livro didático, especialmente a cartilha de alfabetização, à especificidade cultural e lingüística da região em questão. Por extensão, foi ainda incluída no projeto da regionalização a adequação das cartilhas às características específicas das crianças ditas **carentes** que vivem nas periferias urbanas e nas áreas rurais, em condições de pobreza".

No final da década de setenta, alguns estados passaram a encorajar a idéia da cartilha regional. Essa idéia ganhou novo alento com a disposição do MEC de promover, em dez estados das regiões Norte e Nordeste, pesquisa participante, visando a elaboração dessa cartilha. No entanto, os executores dos projetos chegaram a resultados distintos.

Apesar dos riscos de a cartilha regional exacerbar as desigualdades existentes, por privilegiar um universo cultural restrito, existem experiências bem sucedidas, como a **Cartilha da Amazônia**, eficaz há mais de sete anos, certamente, graças ao fato de o material de ensino ser determinado pelo comportamento do aluno e o **Projeto Alfa**, desenvolvido por Ana Maria Poppovic, no início da década de setenta, em São Paulo.

Inicialmente o projeto contou com o apoio da Secretaria de Educação de São Paulo, que distribuía, gratuitamente, o material didático, nas escolas da grande São Paulo. Este material chegou a ser incluído nas listas de

ofertas da FENAME, mas "apesar de sua **eficácia pedagógica**, comprovada por mais de uma década" foi retirado das listas e, o projeto, desativado, por ser considerado de alto custo financeiro.

Após comentarem os diversos erros teóricos e metodológicos do Projeto ABC, desenvolvido em Brasília, e o excelente trabalho realizado em Porto Alegre pela equipe do GEEMPA (Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação), que tem obtido índice de aprovação acima de noventa por cento, as autoras ressaltam que a regionalização da cartilha exige, além de um estudo teórico e metodologicamente bem fundamentado, condições estruturais propícias, como alto nível de qualificação dos profissionais da educação, um sistema educacional que disponha de recursos financeiros suficientes para assegurar o desenvolvimento do projeto segundo altos padrões de qualidade e lembra que a regionalização do livro didático só faz sentido para os níveis iniciais de alfabetização.

Ao discutirem a avaliação do livro didático e a polêmica travada em torno do livro descartável, as autoras sugerem que a avaliação do livro didático deixe de ser feita por comissões ou instituições estatais, evitando-se, assim, que sejam manipuladas pelos interesses das editoras, dos políticos fisiológicos e clientelistas e dos aparelhos repressores do Estado, e passe a ser realizada por "comissões mistas, integradas por representantes de todos os setores da sociedade, como vem sendo praticado em alguns países como a Suíça, Áustria e Alemanha Federal."

Ao patrocinar o uso do livro descartável em todo o território nacional, o governo militar impôs, não só o livro em si, como material didático, mas também, uma concepção psicológica que tolhe o desenvolvimento do raciocínio, criatividade e da dimensão crítica, inculcando um modelo de comportamento mecânico e robotizado: "os livros descartáveis baseados nas teorias psicológicas do **stimulus-response** procuram transformar os alunos em 'cãezinhos pavlovianos' que 'salivam' de acordo com os estímulos dosados pelos livros".

"A moderna psicologia da criança rejeita essa concepção do comportamento e aprendizado humano, sugerindo um modelo teórico alternativo,

de outra qualidade. Trata-se, via de regra, de modelos cognitivos que têm uma visão **dinâmica** do processo de aprendizado, em que a criança tenha um papel **ativo** na construção do seu conhecimento baseado em uma **interação** da criança com seu meio".

As autoras advertem para a necessidade de se realizar uma revisão psico-pedagógica e de conteúdo do livro para que as novas medidas, tomadas em 1985, reintroduzindo o livro durável, possam alcançar resultados desejados.

Ao analisarem a política do livro didático para os carentes, as autoras chamam a atenção para o fato de ser comparativamente "mais fácil, ao governo, investir em programas assistencialistas do que buscar a superação das contradições profundas que caracterizam a estrutura de classes brasileira" e que a assistência à criança carente tem, na verdade, camuflado a real intenção do Estado: amparar o mercado editorial brasileiro.

A economia do livro didático quase não tem sido discutida pelos políticos, técnicos e cientistas brasileiros, "contrastando negativamente com seus colegas estrangeiros".

A interferência do Estado no processo de produção do livro didático chega a surpreender. Além de comprar a matéria-prima (estoques reguladores de mercados), determina o seu conteúdo, compra e divulga-o (listas de ofertas) e o distribui para as escolas através do correio e frete de transporte.

A FAE comprou, em 1986, aproximadamente 45 milhões de livros didáticos. Destes, aproximadamente 41 milhões (92,2%) "foram fornecidos por apenas dez editoras" e o restante (7,8%) é deixado "para quase 400 editoras que participam do mercado".

Após mostrar que o livro didático tem sido o grande negócio das editoras e livrarias e que "no Brasil é uma mercadoria produzida pela indústria cultural", pois tem assumido as suas características de produção em massa, padronização, perecibilidade e caráter ideológico, as autoras

passam a analisar os estudos referentes ao conteúdo.

Os estudos sobre o conteúdo do livro didático são numerosos. O primeiro trabalho bem fundamentado teoricamente, **O Ensino da Leitura: o Método e a Cartilha**, de Rafael Grisi, é datado de 1951. Nele o "autor analisa a fundo os pressupostos da psicologia behaviorista, mostrando sua inadequação para os processos de aprendizado da leitura e escrita (...) mostra a necessidade de desvincular a cartilha do associacionismo de Pavlov e Skinner em favor da teoria da Gestalt de Hohler e Wertheimer que viriam inspirar a moderna psicologia genética" e conclui com a denúncia de que as cartilhas baseiam-se em concepções psicológicas obsoletas.

Após descrever os principais trabalhos em andamento, quais são, onde estão e quem os realiza, as autoras detêm-se em analisar, separadamente, os dois grupos em que se dividem os enfoques das pesquisas: o psico-pedagógico e o ideológico.

Os estudos psico-pedagógicos "demonstram um grau elevado de maturação teórica, sofisticação metodológica e seriedade científica, acompanhando a discussão travada internacionalmente sobre a qualidade dos livros didáticos. Seus autores já assimilaram a tendência apontada por Case & Bereiter (1984) e Piouret (1981) de fortalecimento da fundamentação cognitivista". No entanto, os autores dos livros didáticos, editores e burocratas insistem em não os ouvir, preferindo incorrer, sistematicamente, nas mesmas falhas que a comunidade científica vêm denunciando desde a década de quarenta e, mais intensamente, nos últimos dez anos.

Contrastando com pesquisadores da França, Argentina e União Soviética, percebe-se que os cientistas brasileiros "não se apropriaram de uma série de alternativas de interpretações do texto infantil usado na escola, sugeridas por autores como Bettelheim (1976), Bettelheim & Zelan (1981) e Benjamin (1984)".

Com relação ao enfoque ideológico das análises de conteúdo dos livros didáticos, destaca-se que, apesar da heterogeneidade temática dos estudos (violência, discriminação racial, nacionalismo, estereótipos masculinos e femininos, questão da mulher, modelos culturais, etc), há uma "certa fixação teórica em Althusser e Gramsci por um lado e Bonnazzi &

Eco por outro, sem que a maioria dos estudos tenha conseguido desenvolver uma pesquisa metodologicamente e teoricamente original".

Ainda neste tópico, as autoras analisam as principais questões teóricas relativas à ideologia do livro didático; comentam algumas interpretações ideológicas, realizadas por pesquisadores brasileiros, de determinados textos didáticos, também citados, e ressaltam a falta de comunicação entre os pesquisadores que têm como enfoque os aspectos psico-pedagógico-lingüísticos e os pesquisadores que examinam o livro didático sob o ângulo ideológico.

*Vale transcrever, antes de passarmos para o capítulo que trata do uso do livro didático a posição das autoras diante da complexa polêmica sobre a **adequação do livro didático a uma classe específica** (como muitos procuram fazer ao substituírem o conteúdo ideológico burguês por um ideológico obreiro): "A universalidade cultural, expressa na linguagem culta e nos padrões estéticos da grande literatura, é, a nosso ver, o que de melhor a escola pública pode oferecer à criança carente para que ela adquira as condições cognitivistas e lingüísticas de sair de sua condição de classe: condições necessárias, embora obviamente não suficientes. A escola e o livro didático, que negaram essa universalidade à criança oriunda das classes populares, estão reforçando, com uma segregação cultural, a segregação sócio-econômica em que ela já vive de fato. Pois o elemento da universalidade já contém, em seu bojo, todos os particularismos - o da criança carente e o da criança privilegiada - mostra seu entrelaçamento no interior de uma sociedade de classes, e aponta o caminho para viver a contradição e superá-la".*

Ao analisarem o uso do livro didático, as autoras, constataram que professor e aluno não são considerados em nenhuma das etapas do processo que envolve o livro didático, que vai da legislação à crítica da comunidade científica.

O livro didático chega ao aluno como um produto da indústria cultural, pronto para o consumo, mas sem considerar os seus níveis cognitivos, lingüísticos e de informação.

Os setores governamentais responsáveis pela educação não têm investido nos professores, pois estes, mostram-se desinformados, não lêem, mas têm condições intelectuais para avaliarem criticamente o livro que adotam e acabam subjugados pelos próprios livros, que deixam de ser instrumentos de ensino para tornarem-se a autoridade absoluta.

Embora deixe muito a desejar, o livro didático é indispensável em sala de aula. Sua manipulação, no entanto, depende de habilidade e do nível de formação do professor.

*Para assegurar esta habilidade e formação aos educadores brasileiros, a universidade poderia contribuir melhorando os cursos de licenciatura, reciclando os profissionais do mercado, pesquisando sobre o sistema educacional e constituindo equipes de especialistas, objetivando elaborar livros com conteúdos mais universais e mais atualizados do ponto de vista científico". Além da universidade, a sociedade, também, poderia participar dessa tarefa valorizando a educação e exercendo pressões sobre o "governo e o legislador para que de fato **valorizem politicamente a educação**".*

*Concluindo, as autoras insistem na necessidade de se encontrar uma solução democrática que envolva políticos, técnicos, burocratas, pesquisadores, representantes de associações, pais, alunos e professores e procure caminhar na direção do "**livro didático voltado efetivamente para o aprendizado criador da criança**".*

Roberto Cossich Furtado